

Ensino Superior Moderno de Macau – Retrospectivas e Prospectivas (1981 a 2021)*

*Kou Seng Man***

I. Prefácio

Ao longo de mais de quarenta anos em que se vem desenvolvendo o ensino superior moderno em Macau, registaram-se fases de expansão dimensional, desenvolvimento estável e elevação qualitativa,¹ constituindo um sistema de ensino superior com particularidades e mais regularmente com alguns sucessos. Retomando a história da educação de Macau, o ensino superior tem uma fonte remota, mas só conta com uma história de quarenta e tal anos em termos de ensino superior moderno. Nos primeiros anos, houve poucas instituições de ensino superior que disponibilizaram cursos e pouca variedade de áreas académicas. Na sequência do aumento do número de instituições e em face das necessidades da comunidade relativas aos conhecimentos das diferentes especialidades, os cursos tenderam a ser cada vez mais diversificados. Após a transferência dos poderes de Macau, tendo em conta os alicerces bem construídos, as suas vantagens e com o cuidadoso apoio da Pátria e o empenho dos diferentes sectores da sociedade, foram

* O presente artigo apresenta os resultados faseados de um projecto de estudo científico intitulado “Estudo sobre mecanismos de motivação para a construção do centro de talentos e base de inovação com relevância mundial entre Xangai e Macau com perspectiva para 2035” com o apoio financeiro da Fundação Macau do Governo da Região Administrativa Especial de Macau do ano 2022 (Número de requisição do projecto: G01540-2112-104).

** Doutorado em Ciência da Administração; actual director do Instituto de Investigações Académicas Internacionais (Macau), com um âmbito de estudos que cobre várias áreas das ciências humanas e sociais.

¹ Pang Chuan, Ma Zaoming e Lin Guangzhi, *Estudos sobre o ensino superior em Macau (1999 a 2019)*, Macau, Clube Cultural, 2019, pp. 3-69.

obtidos alguns sucessos no campo do ensino superior, tais como o posicionamento claramente definido do seu desenvolvimento, o aperfeiçoamento gradual das políticas educativas, a elevação permanente do nível do ensino superior da população em geral, a credenciação profissional dos cursos e o reconhecimento internacional da qualidade do ensino.²

Nas *Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021 – 2030)* (doravante designadas por “*Linhas Gerais*”), divulgadas pelo Governo da RAEM em Dezembro de 2020, são traçados os objectivos globais e os rumos do desenvolvimento do ensino superior de Macau para a década seguinte, sendo um documento plenamente relevante para o desenvolvimento do ensino superior de Macau e até para o desenvolvimento da RAEM. De acordo com as “*Linhas Gerais*”, apesar das suas vantagens de posicionamento, institucionais, de disciplinas, culturais e de investigação científica, o ensino superior de Macau enfrenta desafios como o número de finalistas do ensino secundário estar num ciclo de decréscimo, uma concentração relativa nas áreas de especialização dos cursos que os estudantes frequentam e nos seus locais de frequência, uma única fonte de estudantes do exterior e uma necessidade de aperfeiçoamento sucessivo do rácio docente/estudante. Para fazer face aos desafios agora referidos, o Governo da RAEM assegurará o desenvolvimento saudável e estável do ensino superior de Macau, através da melhoria da criação de sistemas de ensino superior, do aumento da qualidade do ensino superior e do suficiente investimento de recursos.

A elevação sucessiva do *ranking* a nível mundial de algumas instituições de ensino superior de Macau reflecte o reforço da competitividade e a influência das mesmas. No futuro, será de prestar a maior atenção ao papel e funções do ensino superior para assegurar o desenvolvimento da RAEM, desenvolvendo coordenadamente as acções da Administração, da indústria, da academia e da investigação, de modo a formar, através do ensino superior e para a comunidade,

² Kou Seng Man, *Paradigma de desenvolvimento e meios do seu impulsionamento em Macau no contexto da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau*, Macau, Editora “Fo Kao Man”, 2019, pp. 76-111.

quadros distintos em todas as áreas. Relativamente a isto, este artigo pretende, mediante uma retrospectiva sobre a história do ensino superior moderno de Macau, resumir as realidades deste, analisando as suas vantagens e impedimentos para o seu desenvolvimento em vários aspectos, de modo a apresentar, em conjugação com as situações reais, uma série de estratégias no contexto das *Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021 – 2030)*, com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau.

II. Retoma da história do ensino superior moderno de Macau

Na história do ensino de Macau, o ensino superior tem uma fonte remota. Em 1 de Dezembro de 1594, foi estabelecido e registado em Macau o Colégio de São Paulo e em 1727, foi fundado o Seminário de São José. Ambos foram extintos em 5 de Julho de 1762 por ordem da Administração Portuguesa. Encerradas estas duas instituições, o ensino superior de Macau entrou num período de estagnação que durou até ao princípio do século XX, altura em que algumas instituições de ensino superior do Interior da China³ mudaram para Macau. Como as autoridades da Administração Portuguesa não as reconheciam e por haver falta de estudantes, estas instituições deixaram finalmente de permanecer. Posteriormente, registaram-se tentativas falhadas de organização de universidades locais.⁴ Até que em 28 de Março de 1981 nasceu a Universidade da Ásia Oriental (UAO),

³ Uma das instituições de ensino superior do Interior da China que mudaram as suas instalações para Macau neste período de tempo foi o Colégio Gezhi (antecessor da Universidade Lingnan). Esta mudança foi devida ao afastamento das eventuais danificações do Movimento de “Expulsão dos Estrangeiros” de Yihetuan. Com a estabilização da conjuntura, o Colégio voltou a funcionar em Guangzhou em 1904. Por volta de 1949, o Colégio de Artes e Comércio Yuehai, a Universidade Huaqiao, a Universidade do Sul da China e o Colégio de Educação Zhongshan mudaram sucessivamente as suas instalações para Macau.

⁴ Lei Heong Iok e Xie An Bang, *Arranque do ensino superior moderno em Macau – Fundação e desenvolvimento da Universidade da Ásia Oriental*, Beijing, Editora do Ensino Superior, 2017, pp. 22-26.

actualmente conhecida por Universidade de Macau, que pode ser considerada o arranque do ensino superior moderno de Macau.

Embora apenas com uma história de cerca de quarenta anos, os académicos têm ideias diferentes em relação ao desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau. Há quem considere a reunificação de Macau com a Pátria como a linha de separação para resumir o processo de desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau;⁵ há quem, tendo em conta a evolução do ensino superior de Macau ao longo dos vinte anos após a reunificação, divida o seu processo de desenvolvimento em 3 fases, a saber: a da expansão dimensional (1999 a 2004), a do desenvolvimento estável (2004 a 2010) e a da elevação qualitativa (2010 até ao presente);⁶ há também quem considere que decorre a fase da expansão dimensional após a retoma dos poderes da educação (1999 a 2009), a da elevação da competitividade qualitativa mediante a cooperação com o exterior (2009 a 2014) e a do desenvolvimento mediante a integração na “Grande Baía” (2015 até ao momento).⁷ Na perspectiva da mudança e da natureza do sistema de organização educativa, neste artigo a história do ensino superior moderno de Macau é dividida em três fases, a saber: fundação da Universidade da Ásia Oriental (1981 a 1988), alteração do regime da mesma Universidade (1988 a 1991) e formação do sistema de ensino superior de Macau (1991 até à presente data).

1. Fundação da Universidade da Ásia Oriental (1981 a 1988)

Em 1978, os comerciantes de Hong Kong Wong King Keung, Edward Woo Pak Hay e Peter Eng Yuk Lun apresentaram, em representação de figuras de renome, uma proposta junto do Governador de Macau sobre a organização de uma

⁵ Pang Chuan, Ma Zaoming e Lin Guangzhi, *Estudos sobre o ensino superior em Macau (1999 a 2009)*, Macau, Clube Cultural, 2019, pp. 3-69.

⁶ Pang Chuan, Lin Guangzhi e Hu Yating, “Balanço e experiências do desenvolvimento do Ensino superior em Macau”, in *Boletim da Universidade Normal do Sul da China* (Edição de Ciências Sociais), número 5, Guangzhou, Universidade Normal do Sul da China, 2019, pp. 5-11.

⁷ Zhang Meng e Fang Xiaotian, “Passos firmes e permanentes: Desenvolvimento do ensino superior em Macau – Retrospectivas e prospectivas”, in *Boletim da Universidade Normal de Hebei* (Edição de ciência educativa), número 3, Hebei, Universidade Normal de Hebei, 2020, pp. 7-16.

instituição universitária num terreno a conquistar ao mar situado num espaço entre as ilhas de Taipa e de Coloane. Em 1979, com vista a satisfazer as necessidades de preparação de quadros para as comunidades de Macau, Hong Kong e de outros territórios, a Administração Portuguesa e a sociedade Ricci Island West Limited chegaram a um acordo relativo à organização de uma universidade privada. Para o efeito, a Administração Portuguesa apoiou significativamente esta iniciativa através, entre outras, da concessão por arrendamento de um terreno de Macau com a área de 100 mil metros quadrados pelo prazo de 20 anos, para a construção da instituição; da doação de 5,5 milhões de patacas para a construção de um centro de contabilidade da universidade e da dotação de 4 milhões de patacas para a concessão de bolsas-empréstimos a estudantes de Macau que prosseguissem os seus estudos na mesma universidade. Assim nasceu, em 28 de Março de 1981, a Universidade da Ásia Oriental (ora Universidade de Macau), abrindo-se então uma nova era na história do ensino superior moderno de Macau.⁸

2. Alteração do regime da Universidade da Ásia Oriental

A assinatura e a publicação da Declaração Conjunta Luso-Chinesa em 3 de Abril de 1987 assinalaram a entrada de Macau no período da transição. As necessidades de adaptação, em cumprimento urgente das missões, da “oficialização da língua chinesa, da localização dos quadros e da localização das leis” até à transferência dos poderes e a escassez de recursos financeiros que impedia o desenvolvimento da UAO, que era privada, tornaram possível a aquisição da mesma pelas autoridades da Administração Portuguesa.

Em 19 de Dezembro de 1987, foi realizada no Palácio do Governo a primeira reunião entre as autoridades da Administração Portuguesa e os fundadores da UAO, quando chegaram a um acordo-quadro de transformação da mesma numa instituição pública. Na qualidade de presidente da Fundação Macau, o Governador de Macau, Carlos Montez Melancia, e os fundadores da UAO assinaram um

⁸ Ma Zaoming, “Mudanças no ensino superior de Macau na perspectiva cultural”, in *Revista de Pesquisa do Ensino Superior*, número 2, Guangdong, Associação da Educação Superior da Província de Guangdong, 2010, pp. 32-33.

acordo. A Fundação adquiriu a propriedade da UAO da Ricci Island West Limited pelo preço de 130 milhões de dólares de Hong Kong e assumiu os encargos financeiros com a mesma. Após a aquisição da UAO pela Administração, mantiveram-se inalterados o regime universitário e o método pedagógico, bem como continuaram em funções os seus trabalhadores.⁹

Em 15 de Fevereiro de 1988, foi realizada no Palácio do Governo a cerimónia da tomada de posse da Fundação Macau presidida pelo Governador de Macau, Carlos Montez Melancia, que conferiu posse aos membros do conselho de administração - Jorge Alberto Hagedorn Rangel (presidente) e Luís Filipe Sacadura Almeida Santos e Lígia L. Quaresma (vogais). Na mesma ocasião, Carlos Melancia presidiu também à cerimónia da transmissão do património da UAO da sociedade Ricci Island West Limited para a Fundação Macau. A partir dessa altura, a Fundação começou a tomar conta da gestão administrativa e financeira da UAO que se transformou numa instituição pública e entrou numa nova fase. Depois de 16 de Setembro de 1991, a UAO foi repartida em três entidades, a saber: a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, e o Instituto Aberto da Ásia Oriental.¹⁰

Além disso, para assegurar o normal funcionamento da sociedade de Macau no momento da transferência de soberania em 1999, altura em que os oficiais das Corporações das Forças de Segurança regressariam a Portugal, a Administração Portuguesa resolveu fundar um estabelecimento de ensino superior – a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau - com a finalidade de formar quadros superiores “localizáveis” para as Corporações das Forças de Segurança de Macau.¹¹

⁹ Lei Heong Iok e Xie An Bang, *Arranque do ensino superior moderna em Macau – Fundação e desenvolvimento da Universidade da Ásia Oriental*, Beijing, Editora do Ensino Superior, 2017, pp. 113-114.

¹⁰ Lei Heong Iok e Xie An Bang, *Arranque do ensino superior moderna em Macau – Fundação e desenvolvimento da Universidade da Ásia Oriental*, Beijing, Editora do Ensino Superior, 2017, pp. 115-126.

¹¹ Lei Heong Iok e Xie An Bang, *Arranque do ensino superior moderna em Macau – Fundação e desenvolvimento da Universidade da Ásia Oriental*, Beijing, Editora do Ensino Superior, 2017, p. 136.

3. Formação do sistema do ensino superior de Macau (1991 até ao presente)

Entrou em vigor em 1991 o Decreto-Lei n.º 11/91/M que definiu a organização e o funcionamento da generalidade das instituições, públicas ou privadas, que desenvolvessem actividades de ensino superior no território de Macau. Tratou-se da primeira legislação na história de Macau que regulou “a organização e funcionamento da generalidade das instituições públicas ou privadas que desenvolvam actividades de ensino superior no território de Macau”. Posteriormente, foi impulsionado o avanço do ensino superior moderno de Macau, mediante iniciativas de organização conjunta, de alteração de denominação, de conversão e de criação de novas instituições, formando preliminarmente um sistema de ensino superior.

Em 1992, por iniciativa do Instituto Aberto da Ásia Oriental e da Universidade Aberta de Portugal foi estabelecida a Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau),¹² projecto que se converteu na primeira iniciativa conjunta nesse sentido. Na sequência do desenvolvimento célere do sector do turismo e do jogo em Macau, foi criada a 4.ª instituição pública de ensino superior em Macau – o Instituto de Formação Turística de Macau. Posteriormente, a Administração Portuguesa aceitou sugestões de algumas instituições e da Igreja, no sentido de reconhecer o território como uma cidade “aberta e com oportunidades para desenvolver a educação superior”, como aconteceu com o Colégio de São Paulo, constituído no século XVI por jesuítas. Assim tornou-se necessário desenvolver instituições privadas de ensino superior em paralelo. Neste sentido, foi autorizado pela Administração Portuguesa o estabelecimento do Instituto Inter-Universitário de Macau, sob a tutela da Fundação Católica de Ensino Superior Universitário. Em 16 de Novembro de 1999, foi criado o Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau, com a conversão da Escola de Enfermagem e Partejamento Kiang Wu. Até 20 de Dezembro de 1999, data em que foi retomado

¹² “Evolução e perspectivas das instituições de ensino superior de Macau”, in *Revista do Ensino Superior de Macau*, número 19 (para a versão portuguesa, consultar o número 17), Macau, Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, 2017, p. 62.

o exercício dos poderes, foi constituída uma situação pluralista na organização do ensino, em que foram predominantes as instituições públicas complementadas pelas instituições privadas. O ensino superior de Macau prosseguia e expandia-se de modo contínuo num clima de adaptação e elevação, passando a ser uma “responsabilidade a assumir por todos num momento histórico extraordinário”.¹³

Com a reunificação com a Pátria, face às necessidades de adequação à evolução social, o Governo da RAEM tem estado atento ao papel relevante do ensino superior em relação ao desenvolvimento social, tendo aumentado de modo contínuo o investimento em educação, apoiado e estimulado o desenvolvimento do ensino superior, facto de que decorre a tendência da expansão dimensional do ensino superior de Macau. Assim, foi autorizada, em 27 de Março de 2000, pelo Governo da RAEM a criação da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, a primeira instituição de ensino superior compreensiva sem fins lucrativos fundada após a transferência dos poderes;¹⁴ em 2001 foram estabelecidos o Instituto Milénio de Macau e em 1988 o Instituto de Gestão de Macau, que foi convertido numa instituição de ensino superior mediante autorização concedida em 2000.¹⁵ Por outro lado, em 2009 foi alterada a denominação do Instituto Inter-Universitário de Macau para Universidade de São José; em 2011, a designação de Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau) passou a ser Universidade da Cidade de Macau e a partir de 1 de Março de 2022, o Instituto Politécnico de Macau passou a denominar-se por Universidade Politécnica de Macau.

Em suma o número de instituições de ensino superior aumentou de 7 até à transferência dos poderes para 10 a partir de 2001 (ver Tabela 1), das quais 4 são

¹³ Zhang Hongfeng, “Autonomia e dependência das universidades – Estudo sobre o processo do desenvolvimento do ensino superior moderno em Macau”, in *Revista de Estudos do Ensino Superior*, número 12, 2014, pp. 86-87.

¹⁴ “Evolução e perspectivas das instituições de ensino superior de Macau”, in *Revista do Ensino Superior de Macau*, número 19 (para a versão portuguesa, consultar o número 17), Macau, Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, 2017, p. 58.

¹⁵ “Evolução e perspectivas das instituições de ensino superior de Macau”, in *Revista do Ensino Superior de Macau*, número 19 (para a versão portuguesa, consultar o número 17), Macau, Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, 2017, p. 74.

públicas e 6 privadas. Algumas são universidades compreensivas que combinam as vocações de ensino e investigação, uma é universidade politécnica polivalente com predominância do ensino de aplicação, outras são colégios profissionais que se dedicam essencialmente à formação de quadros para o turismo, convenções e exposições, de profissionais para o sector do jogo, de profissionais de enfermagem e de quadros superiores de gestão, bem como uma escola especial para a formação de pessoal de nível médio e superior para a administração da segurança de Macau, tendo estas instituições posicionamento de desenvolvimento diferentes e objectos de formação distintos. Há ainda duas instituições de estudo – o Instituto Internacional de Tecnologia do Software das Nações Unidas e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, situação que se mantém inalterada até presente.

Tabela 1: Generalidades das instituições de ensino superior de Macau

Ordem	Natureza	Designação da instituição	Ano de fundação	Base legal	Titularidade
1. ^a	Pública	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	1988	Decreto-Lei n.º 57/88/M	Governo da RAEM
2. ^a	Pública	Universidade de Macau	1991	Decreto-Lei n.º 50/91/M	Governo da RAEM
3. ^a	Pública	Universidade Politécnica de Macau (anteriormente Instituto Politécnico de Macau)	1991	Regulamento Administrativo n.º 8/2022 e Decreto-Lei n.º 49/91/M	Governo da RAEM
4. ^a	Privada	Universidade da Cidade de Macau [anteriormente Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau)]	1992	Ordem Executiva n.º 6/2011 e Portaria n.º 196/92/M	Fundação da Universidade da Cidade de Macau
5. ^a	Pública	Instituto de Formação Turística de Macau	1995	Decreto-Lei n.º 45/95/M	Governo da RAEM
6. ^a	Privada	Universidade de São José (anteriormente Instituto Inter-Universitário de Macau)	1996	Portaria n.º 206/96/M e Portaria n.º 207/96/M	Fundação Católica de Ensino Superior Universitário
7. ^a	Privada	Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau	1999	Portaria n.º 418/99/M	Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu
8. ^a	Privada	Universidade de Ciência e Tecnologia	2000	Ordem Executiva n.º	Fundação Universidade

Ordem	Natureza	Designação da instituição	Ano de fundação	Base legal	Titularidade
		de Macau		19/2000	de Ciência e Tecnologia de Macau
9. ^a	Privada	Instituto de Gestão de Macau	2000	Ordem Executiva n.º 45/2000	Associação de Gestão de Macau (Macau Management Assotiation)
10. ^a	Privada	Instituto Milénio de Macau	2001	Ordem Executiva n.º 34/2001	Millennium - Instituto de Educação, S. A.

Fonte: Informação compilada a partir das páginas electrónicas das respectivas instituições de ensino superior.

O Governo da RAEM tem apresentado reiteradamente a partir do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011 orientações para “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos”, tendo conseguido um desenvolvimento dualista de qualidade e quantidade. Tendo em conta as modificações dimensionais e estruturais do ensino superior moderno de Macau registadas ao longo de mais de quatro décadas, foi dado um enorme salto em termos da sua expansão e dimensão, por um lado; por outro, este ensino também foi aperfeiçoado e regulado em termos da sua estrutura.¹⁶ Assim, o ensino superior de Macau ultrapassou as fases de sistema de elite e de sistema de massas elitizantes, entrando na fase de sistema de acesso universal. Podemos afirmar que se encontra já definido um modelo de desenvolvimento mais ou menos aperfeiçoado que integra instituições públicas e privadas e que existe já constituído um sistema de ensino superior de titularidade mista do Governo e da sociedade civil, mediante contribuições de diferentes agentes como a Igreja, o Governo e as associações de beneficência.¹⁷

¹⁶ Zhu Xiaofang e Ma Zaoming, “Evolução dimensional e estrutural do ensino superior de Macau ao longo dos 20 anos após a reunificação: Balanço, problemas e prospectivas”, in *Revista do Ensino Superior de Jiangsu*, número 11, 2019, pp. 11-12.

¹⁷ Chan Chi Fong, Ma Ji e Chou Chuying, “Investigação sobre a eficácia do desenvolvimento do ensino superior em Macau”, in *Revista de Pesquisa do Ensino Superior*, número 5, 2019, p. 55.

III. Realidades do ensino superior moderno de Macau¹⁸

Ao longo de muitos anos, o ensino superior de Macau tem avançado a passos firmes e frutíferos. No ano lectivo de 2020/2021, registou-se um total de 2.645 docentes nas 10 instituições de ensino superior, com 39.093 estudantes matriculados nos cursos do mesmo nível académico e também um total de 342 cursos de ensino superior atribuindo graus de doutoramento, mestrado, licenciatura, diploma pós-graduação e diploma de ensino superior (incluindo diploma de associado). Por outro lado, foi autorizado em 2020 o funcionamento em Macau de 19 cursos de ensino superior ministrados por instituições do exterior. Passamos agora a resumir as realidades do ensino superior moderno de Macau, a partir do número de estudantes matriculados no ensino superior, do número de docentes e demais pessoal das instituições de ensino superior, do número de cursos de ensino superior e da taxa bruta de matrículas no ensino superior, da percentagem dos residentes com habilitação de ensino superior e do investimento no ensino superior.

1. Número de estudantes matriculados no ensino superior

Constituído o sistema do ensino superior de Macau, o número de estudantes matriculados cresceu rapidamente, passando de 7.600 no ano lectivo de 1991/1992 para 9.000 no ano lectivo de 2001/2002. Das estatísticas do mesmo número nos últimos cinco anos decorre que os estudantes matriculados têm aumentado de modo contínuo e que foi atingido o número de 39.093 estudantes no ano lectivo de 2020/2021¹⁹ (ver Tabela 2).

¹⁸ Salvo indicações específicas em contrário, o teor da presente secção é sintetizado a partir das seguintes documentações: 1.^a *Macau 2021 - Livro do Ano*, Macau, Gabinete de Comunicação Social, 2021, pp. 255-264; 2.^a *Resumo dos Dados Estatísticos do Ensino*, 2021 de Macau; 3.^a *Dados Estatísticos Compilados do Ensino Superior*, 2019 de Macau; 4.^a *Relatório de Indicadores do Ensino Superior de Macau - Ano lectivo de 2019/2020*.

¹⁹ Salvo indicações específicas em contrário, todos os dados relacionados com Macau apresentados neste artigo são transcritos da página electrónica da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos - <http://www.dsec.gov.mo>

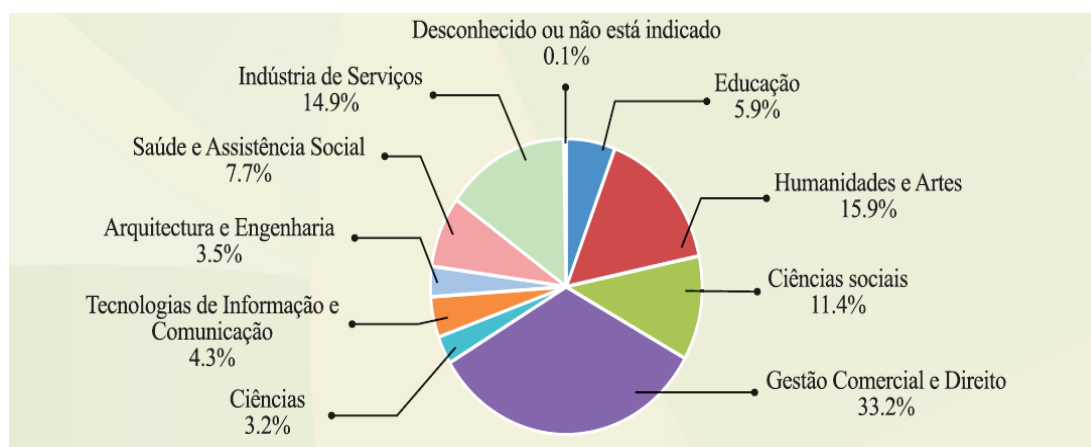
Tabela 2: Dados estatísticos do número de estudantes matriculados nos anos lectivos compreendidos entre 2016/2017 e 2020/2021

Ano Lectivo	Educação	Humanidades e Artes	Ciências sociais	Gestão Comercial e Direito	Ciências	Tecnologias de Informação e Comunicação	Arquitectura e Engenharia	Saúde e Assistência Social	Indústria de Serviços	Desconhecido ou não está indicado	Total
2016/2017	1.715	4.414	3.343	11.513	601	1.212	1.015	1.862	7.031	44	32.750
2017/2018	1.795	4.747	3.497	11.550	654	1.295	1.047	2.148	6.307	58	33.098
2018/2019	2.006	5.078	3.748	11.897	693	1.347	1.108	2.295	6.039	68	34.279
2019/2020	2.104	5.554	4.005	12.268	919	1.435	1.207	2.751	5.779	85	36.107
2020/2021	2.303	6.226	4.444	12.982	1.268	1.672	1.366	2.997	5.815	20	39.093

Fonte: *Resumo dos Dados Estatísticos da Educação 2021*, Macau. Capítulo 3 – Áreas de especialização dos estudantes e finalistas do ensino superior.

Os dados estatísticos constantes da Tabela 2 podem melhor mostrar o peso dos estudantes inscritos em cada área de especialização. Assim, conforme mostra a Figura 1, a área da gestão comercial e direito é a mais popular, representando uma percentagem de 33,2% do universo dos estudantes, enquanto 14,9% e 15,9% dos estudantes estão inscritos na área da Indústria de Serviços e na de Humanidades e Artes, respectivamente. Estas percentagens reflectam as realidades da evolução socioeconómica de Macau.

Figura 1: Proporção dos estudantes inscritos em cada área de especialização no ano lectivo de 2020/2021

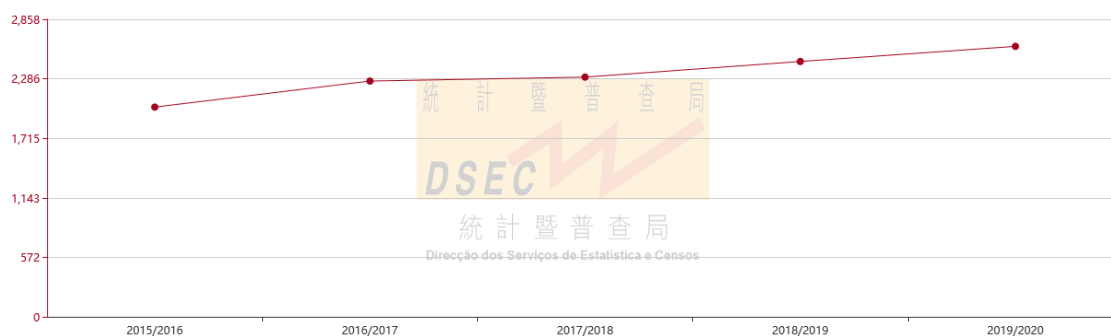


Fonte: *Resumo dos Dados Estatísticos da Educação 2021*, Macau. Capítulo 3 – Áreas de especialização dos estudantes e finalistas do ensino superior.

2. Número de trabalhadores do ensino superior

No ano lectivo de 2019/2020, as 10 instituições de ensino superior contavam com 2.598 docentes, 2.496 trabalhadores não docentes e 623 investigadores. A Figura 2 demonstra que o número do pessoal docente aumentou acompanhando o crescimento dos estudantes matriculados. Nos anos lectivos de 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, o número totalizou 2.015, 2.265, 2.303, 2.453 e 2.598 de docentes, respectivamente. Ou seja, o número de docentes aumentou de 583 ao longo dos 5 anos, o que apresentou uma tendência geral de crescimento estável.

Figura 2: Número de docentes nos anos lectivos compreendidos entre 2015/2016 a 2019/2020



Fonte: Página electrónica da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC) - <http://www.dsec.gov.mo>

3. Cursos de ensino superior

No ano lectivo de 2019/2020, estavam em funcionamento nestas 10 instituições de ensino superior 300 cursos superiores, designadamente cursos de doutoramento, de mestrado, de licenciatura, de barcherelato, de diploma pós-graduação e de diploma de ensino superior. Em 2019, registaram-se 27 cursos superiores de níveis académicos diferentes que funcionavam em Macau e ministrados por instituições superiores do exterior, cursos estes que alargavam as áreas de estudo do ensino superior de Macau, possibilitavam uma diversificação do ensino superior de Macau e disponibilizavam mais escolhas para o prosseguimento dos estudos aos estudantes locais. Em termos de cursos

disponíveis, mais de oitenta por cento dos cursos eram organizados por universidades como a Universidade de Macau, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau e a Universidade da Cidade de Macau. De entre estas, a Universidade de Macau organizou o maior número de cursos, num total de 109 (ver Tabela 3).

Tabela 3: Número de cursos no ano lectivo de 2020/2021

Instituições do ensino superior		Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Outros				Total
					Diploma	Bacharelato	Curso complementar de licenciatura	Cursos de pós-graduação	
Instituição Pública	Universidade de Macau	33	43	29	-	-	-	4	109
	Instituto Politécnico de Macau	22	6	3	-	-	-	-	31
	Instituto de Formação Turística de Macau	9	3	1	3	-	-	1	17
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	2	-	-	-	-	-	-	2
Instituição Privada	Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	21	37	32	-	-	-	-	90
	Universidade da Cidade de Macau	11	19	14	-	-	-	-	44
	Universidade de São José	14	13	9	1	-	-	1	38
	Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau	1	1	-	-	-	-	1	3
	Instituto de Gestão de Macau	1	-	-	5	-	-	-	6
	Instituto Milénio de Macau	1	-	-	1	-	-	-	2
Total		115	122	88	10	-	-	7	342

Fonte: *Resumo dos Dados Estatísticos da Educação 2021*, Macau. Capítulo 5 – Dados gerais das instituições do ensino superior.

4. Taxa bruta de matrículas no ensino superior

A taxa bruta de matrículas no ensino superior²⁰ reflecte em certa medida a dimensão do desenvolvimento do ensino curricular e as oportunidades de instrução para a população do correspondente grupo etário. O académico norte-americano Martin Trow apresentou em 1973 a teoria das três fases da generalização do ensino superior que divide a expansão dimensional do sistema de educação superior em três fases: sistema de elite, sistema de massas e sistema

²⁰ Taxa bruta de matrículas no ensino superior = número de estudantes do ensino superior / população com idade adequada × 100%.

de acesso universal, com o indicador referente à taxa bruta de matrículas no ensino superior inferior a 15%, compreendido entre 15% e 50% e superior a 50%, respectivamente.²¹ De harmonia com este critério, quando a taxa bruta de matrículas no ensino superior for superior a 50%, o sistema de educação superior do país ou território em causa está na fase de acesso universal.

A taxa bruta de matrículas no ensino superior de Macau cresceu de 20,9% em 1999 para 50% em 2009, enquanto a taxa média bruta de matrículas no ensino superior já atingiu os 84,44% nos últimos 5 anos. No ano lectivo de 2019/2020, a mesma taxa foi de 95,02%, o que demonstra que o sistema de educação superior de Macau já entrou na fase de acesso universal. A Tabela 4 indica que a taxa bruta de matrículas no ensino superior de Macau é a maior de entre os quatro territórios, tendo cerca de 10 pontos percentuais mais do que a da região de Taiwan.

Tabela 4: Taxa bruta de matrículas no ensino superior do Interior da China, de Hong Kong, de Macau e de Taiwan reportada de 2017 a 2019

Ano Território	2017	2018	2019
Interior da China	45,70	48,10	51,60
RAEHK	74,33	76,92	a)
RAEM	80,73	85,27	95,02
Região de Taiwan	84,49	84,69	85,15

Fonte: Informação compilada a partir do «Boletim da Estatística Nacional sobre do Desenvolvimento das Causas de Educação» publicado pelo Ministério de Educação do País, da página electrónica do Centro de Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dos *Indicadores Estatísticos de Educação* da região de Taiwan e do *Relatório de Indicadores do Ensino Superior de Macau - Ano lectivo de 2019/2020*.

Observação a): Dado indisponível.

²¹ “Qual o sentido da taxa bruta de matrículas no ensino superior que atinge os 60%”, in *Boletim de Ciências da China*, 13 de Abril de 2021.

5. Proporção dos residentes habilitados com ensino superior

Segundo dados divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, a proporção da população activa de Macau habilitada com ensino superior em 2010 foi de 20,91%, taxa que subiu para 39,53% em 2019. Esta última é quase idêntica às taxas homólogas do território nosso vizinho de Hong Kong²² e de alguns países europeus como a França, a Espanha e a Dinamarca.²³ Com efeito, já foi atingida a meta prevista no *Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM* relativa à elevação ao nível das regiões desenvolvidas asiáticas da percentagem da população activa que concluiu o ensino superior até 2020. Nos anos recentes, o crescimento positivo da população de Macau habilitada com ensino superior reflecte o aumento das oportunidades de acesso ao ensino superior para os residentes locais e a elevação da qualidade e competitividade da população activa.

6. Investimento no ensino superior

Com o estabelecimento da RAEM, o Governo tem procedido de modo activo à optimização do ensino e insistido na orientação do desenvolvimento pluralista do ensino superior, defendendo a autonomia na administração das instituições e coordenando o desenvolvimento dos órgãos de ensino superior, para a formação de quadros de qualidade com competitividade a nível internacional. Os recursos financeiros do ensino superior de Macau são essencialmente provenientes das dotações da RAEM e das propinas pagas pelos estudantes. O volume do investimento da RAEM no ensino superior tem aumentado sucessivamente, o que

²² De acordo com informações disponibilizadas pelo Census and Statistics Department do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, a razão entre a população activa habilitada com o ensino superior e a população activa total é de 40,84%.

²³ Conforme informações da base de dados do Departamento de estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization) “ILOSTAT database”, as proporções da população activa habilitada com o ensino superior da França, Espanha e Dinamarca são 41,17%, 41,16% e a 36,94%, respectivamente.

expressa o elevado apreço do Governo da RAEM em relação à implementação das linhas de “promover a prosperidade de Macau através da educação” e de “construir Macau através da formação de talentos”, bem como ao ensino superior.

O investimento no ensino superior passou de 249 milhões de patacas em 2000 para 1030 milhões de patacas em 2010, representando um crescimento de cerca de 3 vezes ao longo de 10 anos, enquanto as despesas públicas com o ensino superior em 2018, que representavam 5,58% da totalidade das despesas da RAEM, aumentaram cerca de 7 vezes em relação aos primeiros anos após a transferência dos poderes. Por outro lado, o nível das despesas com o ensino superior da RAEM é relativamente alto, em confronto com territórios circunvizinhos tais como o Japão, a Coréia do Sul, a Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) e a região de Taiwan. Tomando como exemplo as despesas em 2016, a proporção das despesas públicas com o ensino superior em relação à totalidade das despesas da RAEM, que foi 4,38%, é superior às proporções homólogas dos principais membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) como são os Estados Unidos da América (EUA), o Japão e a Austrália.²⁴

IV. Vantagens do ensino superior moderno de Macau

O ensino superior, enquanto uma das componentes relevantes da causa da formação de quadros, desempenha as funções de ensino de conhecimentos, de investigação científica, de serviços sociais e de transmissão e inovação que condicionam o desenvolvimento sustentável da sociedade. Nos anos recentes, o Governo da RAEM tem estado atento ao desenvolvimento do ensino superior. Com o cuidado e o apoio da Pátria e com o esforço conjunto dos diferentes sectores da sociedade, a competitividade e as influências do ensino superior moderno de Macau têm vindo a ser aumentadas na sua globalidade.

²⁴ Para mais pormenores, ver o *Relatório de Indicadores do Ensino Superior de Macau - Ano lectivo de 2019/2020*, p. 13, enquanto a proporção homóloga dos EUA e do Japão é de 3,32% e de 1,66%, respectivamente.

1. Vantagem do sistema

Actualmente, o órgão ao qual compete especificamente a administração dos assuntos do ensino superior de Macau é a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude que percorreu as fases de criação, conversão e fusão. Já em 1992, foi criado em Macau o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES) que desenvolveu uma actividade de acompanhamento, apoio e aconselhamento, a todas as instituições de ensino superior de Macau, tanto públicas como privadas.²⁵ Com vista a adaptar-se à modernização e à internacionalização das instituições superiores e dos cursos de ensino superior e a assegurar a sua qualidade, bem como a prestar apoio aos estudantes, o GAES foi reestruturado e convertido, em 11 de Fevereiro de 2019, na Direcção dos Serviços do Ensino Superior (DSES), com funções remodeladas.²⁶ Nos termos da respectiva legislação, a DSES era responsável pelo apoio, acompanhamento e desenvolvimento do ensino superior da Região Administrativa Especial de Macau.²⁷ Confrontando com o GAES extinto, a criação da DSES reforçou, sem dúvida, a coordenação, regulação, superintendência e gestão do ensino superior por parte do Governo da RAEM. Em resultado da fusão da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude com a DSES, nasceu em 1 de Fevereiro de 2021, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) que é responsável pela concepção, planeamento, coordenação, execução e avaliação das políticas educativas e de juventude da Região Administrativa Especial de Macau.²⁸ Com a fusão destes dois serviços, a administração da educação voltou a ser unificada. De acordo com estudos relativos às ciências de gestão, as teorias da organização moderna tendem a alargar a amplitude da gestão

²⁵ Vide Decreto-Lei n.º 11/98/M que extingue o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES), equipa de projecto, e cria o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES), gabinete técnico.

²⁶ Sou Chio Fai, “Em prol da articulação com o desenvolvimento das acções do ensino superior”, in *Jornal Exmoo News*, de 23 de Janeiro de 2019.

²⁷ Vide Regulamento Administrativo n.º 1/2019 (Organização e funcionamento da Direcção dos Serviços do Ensino Superior).

²⁸ Vide Regulamento Administrativo n.º 40/2020 (Organização e funcionamento da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude).

para condicionar o aumento dos níveis hierárquicos e o modo de organização horizontal é uma tendência de desenvolvimento da estruturação organizacional. Assim, a DSES resultante da fusão irá enfraquecer as fronteiras entre as hierarquias e as subunidades verticais e atender mais à cooperação e à coordenação, o que será favorável à alocação dos recursos do ensino e ao impulsionamento do seu desenvolvimento coordenado.²⁹

Relativamente às políticas de educação, o decreto-lei publicado em 1991 que define o regime do ensino superior jamais pode adaptar-se às realidades de Macau e às tendências de desenvolvimento mundial no campo do ensino superior. Assim, o Governo da RAEM começou a estudar e a rever em 2002 a legislação do ensino superior, tendo procedido a duas consultas públicas junto dos residentes de Macau em geral, em 2004 e em 2005, de que resultou a Lei n.º 10/2017 (Regime do ensino superior) publicada em Agosto de 2017, que introduz normas inovadoras tendentes a garantir e a elevar de modo contínuo a qualidade do ensino, a elevar o nível de governação das próprias instituições de ensino superior, a reforçar a autonomia e a flexibilidade na administração das instituições e na construção curricular, a valorizar o corpo docente e a facultar garantias de recursos, no intuito de impulsionar uma optimização contínua do ensino superior de Macau. Em 2018, foram elaborados ao mesmo tempo os Regulamentos Administrativos n.ºs 15/2018 (Conselho do Ensino Superior), 16/2018 (Fundo do Ensino Superior), 17/2018 (Regime de avaliação da qualidade do ensino superior), 18/2018 (Estatuto do ensino superior) e 19/2018 (Regime do sistema de créditos no ensino superior). Podemos afirmar que o aperfeiçoamento progressivo das políticas de educação, em especial a definição dos regimes de avaliação da qualidade do ensino superior e do sistema de créditos no ensino superior, a criação do Fundo do Ensino Superior e do Conselho do Ensino Superior, asseguram de certo modo o desenvolvimento do sector de ensino de Macau.

Em suma, podemos verificar, a partir dos órgãos de administração, das políticas de educação, dos investimentos em educação e da avaliação da

²⁹ “Kou Seng Man apresenta 4 sugestões para o aperfeiçoamento do plano de fusão dos dois serviços de educação”, in *Jornal Cheng Pou*, de 1 de Fevereiro de 2021.

qualidade, que se encontra já constituído no campo do ensino superior moderno de Macau, um sistema com características singulares e mais ou menos regular.

2. Vantagem institucional

Com a reunificação com a Pátria, são fielmente implementadas em Macau as linhas de “um País, dois sistemas”, “Macau governada pelas suas gentes” e alto grau de autonomia. Nos termos da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China* (doravante designada abreviadamente por Lei Básica), o território pode definir por si próprio as políticas e celebrar acordos com o exterior não respeitantes à defesa nacional e às relações externas. Estabelece-se no seu artigo 121.º que “o Governo da Região Administrativa Especial de Macau define, por si próprio, as políticas de educação, incluindo as relativas ao sistema de educação e à sua administração, às línguas de ensino, à distribuição de verbas, ao sistema de avaliação, ao reconhecimento de habilitações literárias e graduação académica, impulsionando o desenvolvimento da educação”. Ao longo do tempo, as instituições de ensino superior têm funcionado em cumprimento da Lei Básica e dos seus próprios estatutos, adquirindo assim autonomia nas áreas do ensino e da administração, bem como nos campos científico e financeiro.

3. Vantagem do posicionamento

Macau, enquanto ponto de encontro para o intercâmbio e a divulgação das culturas ocidental, oriental e chinesa, tem promovido o entendimento mútuo e a integração da multiculturalidade do mundo. Para além das ligações estreitas com o Interior da China, a RAEHK, a região de Taiwan e os demais países asiáticos por razões geográficas e culturais, mantém, por razões históricas, relações íntimas com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a União Europeia (UE) e os países de língua portuguesa em especial, com os quais tem desenvolvido projectos de cooperação na área do ensino superior, o que constitui alicerces firmes para a internacionalização do ensino superior.

4. Vantagem cultural

Macau é a primeira cidade aberta ao exterior na história da China. Enquanto ponto de encontro das culturas chinesa e ocidental ao longo de quatro séculos, Macau tem um contexto histórico-cultural particular. Com os legados da educação oriental e ocidental, está constituído em Macau um ambiente de ensino pluralista e abrangente, flexível e autónomo, livre e aberto, com um posicionamento claramente definido e em permanente aperfeiçoamento.³⁰ A sucessibilidade, a inclusividade, a territorialidade e a abertura da cultura de Macau, bem como o seu posicionamento funcional de “um centro, uma plataforma, uma base” (centro mundial de turismo e lazer, plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a china e os países de língua portuguesa e base de intercâmbio e cooperação em Macau tendo como foco principal a cultura chinesa e a coexistência da multiculturalidade) no qual o Governo da RAEM se tem empenhado nos últimos anos, contribuem para impulsionar o aprofundamento do relacionamento humanitário, o desenvolvimento do intercâmbio cultural e académico e a criação de cursos com particularidades, de que a comunidade necessita.

5. Vantagem de estudos e investigação

Em face da história e cultura de Macau e da sua estrutura industrial, os cursos de turismo, jogo, língua portuguesa e tradução ministrados por algumas instituições de ensino superior de Macau passam a ser característicos ao longo da prática educativa persistente. De entre eles, a vários cursos da área do turismo ministrados por algumas instituições foi concedida a credenciação “TedQual” da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, facto que reflecte as vantagens dos respectivos cursos de gestão de turismo ministrados pelas instituições de ensino superior de Macau. Além disso, o Ministério da Ciência e Tecnologia do País autorizou as instituições de ensino superior de Macau a

³⁰ Kou Seng Man, “Considerações sobre o desenvolvimento educativo em Macau na perspectiva das *Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau*”, in *Estudos do Ensino Superior Huaqiao*, Tomo I, 2021, p. 62.

criarem quatro laboratórios de referência do Estado, incluindo o “Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos (Universidade de Macau)”, o “Laboratório de Referência do Estado para a Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa (Universidade de Macau e Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau)”, ambos criados em 2010, o “Laboratório de Referência do Estado da Internet para as Coisas da Cidade Inteligente (Universidade de Macau)” e o “Laboratório de Referência do Estado para a Ciência Lunar e Planetária (Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau)”, estes últimos criados em 2018.³¹ A Universidade Politécnica de Macau foi também autorizada pelo Ministério da Educação do País a criar, no final de 2019, o primeiro centro de investigação de engenharia do Ministério da Educação nas regiões de Hong Kong e de Macau – o “Centro de Investigação de Engenharia em Tecnologia Aplicada à Tradução Automática e à Inteligência Artificial, Ministério da Educação”.³² Verifica-se assim que as instituições de ensino superior de Macau têm vantagens na investigação científica nas respectivas áreas. Em conclusão, as suas vantagens académica e de investigação constituem, sem dúvida, condições favoráveis para a construção disciplinar e para o desenvolvimento da qualidade da investigação científica.

V. Impedimentos ao desenvolvimento do ensino superior moderno em Macau

Com a evolução da globalização, a procura de talentos em todos os territórios cresce de modo contínuo no sentido de satisfazer as suas necessidades decorrentes do desenvolvimento. Incorporado no ambiente da globalização, a procura de talentos em Macau é igualmente grande. Apesar de Macau já ter conseguido

³¹ Laboratório de referência do estado, transcrito da página electrónica do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia - https://www.fdc.gov.mo/zh_tw/state_key_lab.html (para a versão portuguesa, consultar: https://www.fdc.gov.mo/pt/state_key_lab.html).

³² “Inauguração do Centro de Investigação de Engenharia em Tecnologia Aplicada à Tradução Automática e à Inteligência Artificial, Ministério da Educação do Instituto Politécnico de Macau”, in *Jornal Cheng Pou*, de 27 de Dezembro de 2019.

determinados resultados e dispor de vantagens de sistema, institucionais, de posicionamento, culturais e académicas e de investigação, com o desenvolvimento do ensino superior ao longo de cerca de quarenta anos, existem os seguintes impedimentos no que se refere à estrutura industrial, à dimensão do seu território e à população, que condicionam o seu desenvolvimento.

1. Desequilíbrio no desenvolvimento do ensino superior

O desequilíbrio no desenvolvimento do ensino superior expressa-se essencialmente no espaço físico, na qualidade e na quantidade do ensino, bem com no desenvolvimento desarmonioso entre as instituições.

Devido ao posicionamento do desenvolvimento socioeconómico, desde cedo que uma grande área de terreno foi afectada prioritariamente ao sector do turismo e do jogo. No entanto, as necessidades relativas ao espaço físico das instituições de ensino superior de Macau têm crescido em virtude da implementação das *Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau*, mais em concreto, “da construção do centro mundial de turismo e lazer, da constituição da plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa e da construção da base de intercâmbio e cooperação em Macau, tendo como foco principal a cultura chinesa e a coexistência da multiculturalidade”, de “apoiar Macau na construção de uma base de formação de talentos bilingues em chinês e em português e de valorizar as vantagens da formação turística e da experiência de desenvolvimento turístico de Macau, com vista a construir uma base de formação na área da educação turística da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, de “criação do Centro Internacional de Inovação Tecnológica” Guangdong-Hong Kong-Macau, bem como de “promover o estabelecimento do corredor de inovação tecnológica “Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau”. Embora já tenha sido adoptada em 27 de Junho de 2009 pela Nona Sessão do Comité Permanente da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China a *Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa à delegação de poderes na*

Região Administrativa Especial de Macau para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau a instalar na Ilha da Montanha que autoriza a construção do novo campus da Universidade de Macau com 1,0926 quilómetros quadrados na Ilha da Montanha da Província Guangdong da China,³³ reservado o antigo campus da mesma Universidade na Taipa para fins de ensino superior e para o uso de diferentes instituições e órgãos como o Instituto Politécnico de Macau, a Universidade da Cidade de Macau, o Instituto de Formação Turística de Macau³⁴ e resolvido o problema da falta de espaço para fins educativos de algumas instituições de ensino superior, o desequilíbrio de espaços físicos mantém-se grave em termos gerais e limita o seu desenvolvimento.

Por outro lado, embora se verifique um grande salto na expansão dimensional do ensino superior moderno de Macau e um aperfeiçoamento e regulação em termos estruturais, subsiste o desequilíbrio na qualidade e na quantidade do ensino. Na área académica e de investigação científica, apesar de ter sido sucessivamente autorizada a criação de 4 laboratórios de referência do Estado junto das instituições de ensino superior de Macau, apenas 6 das 10 instituições de Macau – a Universidade de Macau, a Universidade da Cidade de Macau, a Universidade de São José, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, a Universidade Politécnica de Macau e o Instituto de Formação Turística de Macau – podem conferir os graus de doutoramento e de mestrado. Constata-se que as forças académicas e de investigação científica só estão concentradas em algumas destas instituições, situação que carece de uma correcção. Aliás, embora o *ranking* internacional das instituições de ensino superior esteja subindo, a Universidade de Macau só aparece na lista das 500 melhores do *ranking* mundial publicado pelo *QS World Ranking* (Quacquarelli Symonds) em 2019 (ano em que surgiu na

³³ O Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional delega poderes em Macau para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, transcrito de: http://www.gov.cn/jrzg/2009-06/27/content_1351856.htm

³⁴ Esclarecimento sobre a cedência das instalações do antigo campus da Universidade de Macau para a Universidade da Cidade de Macau, transcrito de: <https://www.gov.mo/zh-hant/news/153107/>

posição 433.^a, ocupando o 322.^o lugar em 2022).³⁵ Além disso, a maioria das instituições tem poucas disciplinas vantajosas as quais ocupam lugares pouco satisfatórios, sendo a discrepância bastante grande em relação às instituições da Grande Baía e de outros países.

A par disso, devido à inexistência de um regime financeiro eficaz para o ensino superior, à disposição de poucos meios de financiamento e à alta dependência da dotação pública das instituições, o desenvolvimento desequilibrado entre elas é bastante patente. Apesar de serem igualmente instituições públicas, os recursos atribuídos, a dimensão e o desenvolvimento dos cursos são bastante desiguais e desequilibrados, o que determina a predominância de uma só instituição. Podemos confrontar um conjunto de indicadores: a verba concedida pelo Governo para a Universidade de Macau no ano lectivo de 2017/2018 foi de 1600 milhões de patacas, enquanto que a verba homóloga para o Instituto Politécnico de Macau, que é também uma instituição universitária pública de investigação, foi apenas de 660 milhões de patacas. Não é difícil descobrir que isto é resultante do regime financeiro do ensino superior em vigor. O «Regime do ensino superior» dispõe no seu artigo 34.^o: “Compete às instituições de ensino superior públicas elaborar e propor os respectivos orçamentos anuais e plurianuais. As dotações atribuídas pelo Governo da RAEM às instituições de ensino superior públicas devem basear-se na análise dos projectos de orçamentos anuais, nos planos de desenvolvimento a médio prazo e no balanço e relatório de actividades dos anos económicos findos”. Nestes termos, as escolas públicas são consideradas unidades administrativas do Governo da RAEM, cujos orçamentos financeiros não se sujeitam à regulação da DSEDJ, o que determina a falta de um padrão uniforme para o controlo dos custos e a impossibilidade de concretizar a eficiência e a justiça.

Em confronto com as instituições de ensino superior públicas, também não existem critérios claros para o investimento e atribuição de dotações do Governo da RAEM às instituições privadas. Nos termos dos artigos 32.^o e 33.^o do *Regime*

³⁵ 14 instituições de ensino superior da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau listadas no ranking mundial QS das universidades.

do ensino superior, “o financiamento do ensino superior compreende o apoio financeiro às instituições de ensino superior privadas; incumbe ao Governo da RAEM assegurar, nos limites das disponibilidades orçamentais, a criação de mecanismos de financiamento do ensino superior, incluindo o Fundo do Ensino Superior (FES), entre outros”. São atribuições do FES: “apoiar as actividades das instituições de ensino superior; conceder apoios financeiros e definir bonificações de crédito para instituições de ensino superior relativos à construção de instalações e à aquisição de equipamentos; apoiar financeiramente projectos de investigação científica; conceder prémios ou apoios aos trabalhadores que exerçam a docência ou investigação científica no ensino superior; atribuir bolsas de mérito, bolsas-empréstimo, bolsas de estudo e demais apoios financeiros aos estudantes do ensino superior; apoiar as actividades das associações ou outras organizações representativas dos estudantes do ensino superior; apoiar financeiramente projectos destinados a aperfeiçoar e otimizar a qualidade do ensino superior; financiar a implementação e funcionamento do regime de avaliação da qualidade do ensino superior; apoiar a realização de actividades relativas à promoção do desenvolvimento do ensino superior.”³⁶ Verifica-se assim que as referidas normas só especificam os âmbitos susceptíveis de ser financiados e não definem os critérios de apreciação, o que determina as enormes diferenças das dotações atribuídas distintamente às instituições privadas. A título exemplificativo, o Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau, cuja maior parte das verbas é suportada pelo Governo, funciona sob o modo de “instituição privada que funciona à custa do erário público”; a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau é financiada pela Fundação Macau na construção do *software* e do *hardware* e as propinas dos seus estudantes locais são subsidiadas pelo Governo da RAEM; semelhante ao modo da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, as propinas dos estudantes da Universidade da Cidade de Macau são também subsidiadas pelo Governo da RAEM. No que diz respeito à Universidade de São José, ao Instituto de Gestão de Macau e ao Instituto Milénio de Macau, estas instituições têm que angariar por si próprias fundos para o seu

³⁶ Ver o artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 16/2018 (Fundo do Ensino Superior).

funcionamento, uma vez que não foram atribuídas dotações regulares por parte do Governo, salvo o financiamento de alguns projectos de investigação científica. De acordo com a teoria da partilha dos custos do ensino, formulada pelo reitor da *The State University of New York* dos EUA, Bruce Johnstone, os custos do ensino das universidades privadas, que preparam do mesmo modo quadros para Macau, devem ser partilhados pelo Governo, pelos estudantes (os próprios estudantes e encarregados de educação) e pela sociedade. Só assim é possível expressar a natureza quase-pública do ensino superior. No entanto, da falta de definição de uma política clarificada de investimento para as instituições de ensino superior privadas por parte do Governo da RAEM decorrem modos distintos de atribuição de dotações para cada uma delas, o que é pouco favorável à partilha dos custos do ensino.³⁷ Se esta situação permanecer, o desequilíbrio do desenvolvimento entre as instituições públicas e as privadas será mais evidente e mais grave.

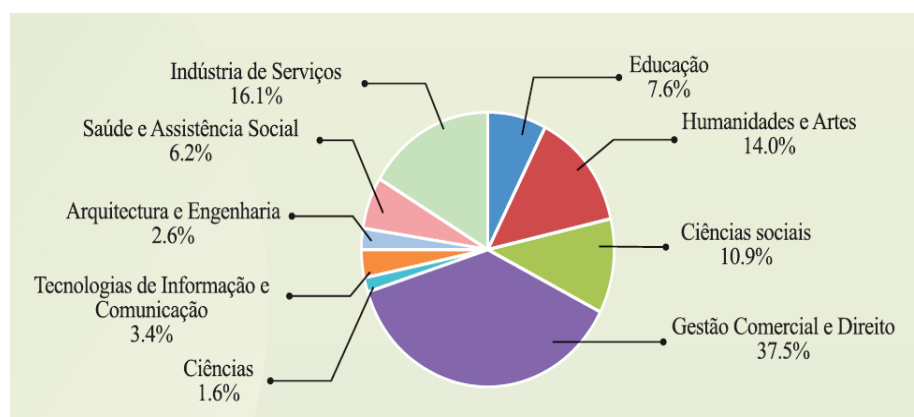
2. Estrutura curricular homogénea

Em Macau, enquanto uma mini-sociedade típica, é muito popular o “mercantilismo”. A sua estrutura industrial que se tem mantido ao longo dos anos demonstra que o sector do jogo, que é o predominante em Macau, tem um peso superior a outros sectores económicos, representando mais de metade do produto interno bruto (PIB) nos anos recentes. O peso do sector do jogo em 2017 chegou a 48,9% e nos anos seguintes de 2018 e 2019, este peso subiu 1,8 e 0,3 pontos percentuais para 50,7% e 51,0%, respectivamente. Sob o impacto da epidemia COVID-19, as receitas brutas do jogo de 2020 desceram significativamente 79,2%, enquanto o seu peso diminuiu para 21,3%. Não é de desmentir que esta conjuntura torne evidente a estruturação homogénea dos cursos superiores criados essencialmente com o foco no mercado.

³⁷ Chan Chi Fong, “Breves notas sobre a reforma do regime financeiro do ensino superior em Macau”, in *Boletim do Instituto Politécnico de Macau*, número 55, Instituto Politécnico de Macau, 2014, p. 156.

Relativamente aos cursos criados pelas instituições de ensino superior de Macau, os cursos comerciais relacionados com o turismo, o jogo e a gestão estão generalizados e têm uma alta percentagem, sendo relativamente poucos os cursos de ciências e de engenharia, que se encontram numa situação desfavorável. Tomando como exemplo as percentagens das áreas de especialização dos finalistas das instituições de ensino superior, no ano lectivo de 2020/2021 havia em todas as áreas do ensino superior 8.152 finalistas, dos quais as áreas com maiores percentagens eram as de gestão comercial e direito e da indústria de serviços, com 37,5% e 16,1%, respectivamente. A soma destas duas percentagens representava mais de metade dos finalistas. É de notar que o número de finalistas das áreas relacionadas com as ciências e a engenharia era o menor e que o peso dos finalistas das áreas de arquitectura e engenharia, tecnologia de informação e comunicação e ciências era 2,6%, 3,4% e 1,6%, respectivamente. A soma destas percentagens não atingia os 10% (ver Figura 3). A longo prazo, a estrutura curricular homogénea dos cursos do ensino superior de Macau não só influencia necessariamente o equilíbrio do desenvolvimento das áreas do ensino superior e a elevação da sua qualidade, como também condiciona e impede o processo de diversificação adequada da economia de Macau.

Figura 3: Proporção do número de finalistas das várias áreas de especialização do ensino superior



Fonte: *Resumo dos Dados Estatísticos da Educação 2021*, Macau. Capítulo 3 – Áreas de especialização dos estudantes e finalistas do ensino superior.

3. Internacionalização evoluindo de modo invertido

A internacionalização do ensino superior é um processo de evolução em duplo sentido. Exige-se que as universidades sedeadas no País se abram ao exterior de modo dinâmico no intuito de permitirem a entrada e introduzirem os excelentes resultados culturais de outros países e, a par disso, que as mesmas tenham que se deslocar activamente ao exterior para difundir as essências da Nação. Assim a “introdução” e a “exportação” são os dois sentidos do desenvolvimento paralelo da internacionalização do ensino superior. Nem a prática, que só aprecia a “introdução” com desprezo pela “exportação”, nem a prática que aprecia apenas a “exportação” com desprezo pela “introdução” são aconselháveis, uma vez que nenhuma delas é considerada internacionalização de raiz e perfeita.³⁸ Neste enquadramento teórico da internacionalização do ensino superior de “dois sentidos”, distinguem-se, conforme a forma de transmissão de conhecimentos, três modos de desenvolvimento da internacionalização actual: modo invertido,³⁹ modo extrovertido⁴⁰ e modo compreensivo.⁴¹

Ao longo de mais de quarenta anos do desenvolvimento do ensino superior moderno em Macau, está constituído um modo particular de desenvolvimento da internacionalização. Após o retorno à Pátria, Macau tem alargado o intercâmbio e

³⁸ Bi Xiaoyu e Zhang Xiaoming, “Interversão vs. extroversão: Uma análise sobre o modo de desenvolvimento da internacionalização do ensino superior da China e dos EUA”, in *Revista Ensino Universitário Moderno*, número 1, 2006, p. 85.

³⁹ Entende-se por modo de desenvolvimento invertido da internacionalização do ensino superior o processo de desenvolvimento do ensino superior de um país em que é dada preferência à absorção e à integração de feitos culturais do mundo, procurando adaptar-se às modificações externas mediante a inovação interna.

⁴⁰ Entende-se por modo de desenvolvimento extrovertido da internacionalização do ensino superior o processo de desenvolvimento do ensino superior de um país em que é dada preferência à difusão (compulsória ou não) no exterior dos próprios valores e culturas, de modo a fazer com que os outros os reconheçam e aceitem, com vista a influenciar e alterar o mundo.

⁴¹ Entende-se por modo de desenvolvimento compreensivo da internacionalização do ensino superior o processo de desenvolvimento que importa exportação e importação, dando preferência à integração da internacionalização com a localização no decurso da importação, com vista a promover o desenvolvimento do ensino no país, sendo por isso um modo ideal de desenvolvimento da internacionalização.

a cooperação com o exterior, bem como mantido o contacto com as organizações regionais e internacionais no mundo. Em 2012, ingressa, com sucesso, na Rede Internacional de Agências para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (INQAAHE) e na Rede de Qualidade Ásia-Pacífico (APQN) e, em 2015, ingressa na Organização Internacional para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (CIQG) do Conselho de Acreditação do Ensino Superior (CHEA) dos EUA. Isto estabelece uma boa base para o desenvolvimento da internacionalização do ensino superior.

Porém, os estudos constataam que a internacionalização do ensino superior de Macau se desenvolve segundo o modo invertido. Tomando como exemplo as proporções dos docentes e discentes das instituições de ensino superior de Macau vindos do exterior no ano lectivo de 2019/2020, verifica-se que de entre os docentes recrutados no exterior, que representam 36,57% do total, 58,74% vêm do Interior da China, enquanto que apenas 6,84% são oriundos da Europa; de entre os discentes do exterior, que representam 55,77% do universo, 93,87% vêm do Interior da China, enquanto que 2,06% são oriundos de territórios fora da Ásia.⁴² Além disso, a internacionalização do ensino superior do modo invertido apresenta ainda as seguintes características: 1.^a Salienta-se a aprendizagem e a interiorização dos excelentes resultados culturais de outros países ou territórios; 2.^a Introdução enérgica dos currículos de outros países ou territórios; 3.^a Crescimento contínuo do número de estudantes que prosseguem estudos no exterior; 4.^a Predominância de estudantes oriundos do Interior da China, como a fonte de estudantes internacionais do ensino superior de Macau; 5.^a Necessidade de elevação do nível da internacionalização do corpo docente do ensino superior; 6.^a Construção curricular no campo da internacionalização do ensino superior de Macau orientada para o mercado; 7.^a Desenvolvimento desequilibrado da internacionalização da investigação científica do ensino superior de Macau - salientadas as ciências em detrimento das artes; 8.^a Preferência pela cooperação educativa com os países

⁴² Transcrição dos *Dados Estatísticos Compilados do Ensino Superior 2019*, Macau.

lusófonos na internacionalização do ensino superior de Macau.⁴³ É previsível que o perdurar deste modo de desenvolvimento invertido da internacionalização do ensino superior impeça o desenvolvimento sustentável do ensino superior de Macau.

4. Crise previsível na fonte de estudantes

A população tem sido um factor importante que condiciona o desenvolvimento socioeconómico, uma vez que o relacionamento entre ela e o desenvolvimento do ensino superior é extremamente íntimo. A partir dos dados referentes à fonte dos estudantes locais e do exterior podemos antever a crise da fonte de estudantes do ensino superior de Macau.

Em relação a uma mini-sociedade como Macau, a fonte de estudantes locais será condicionada pelos seguintes factores: 1.º Descida da taxa de natalidade – os dados divulgados pela DSEC demonstram que em 2021, o número de nados-vivos totalizou 5.026, menos 519 em termos anuais e que a taxa de natalidade se situou em 7,4‰, taxa que é a menor desde 2005; 2.º Com a abolição do monopólio da exploração do jogo, não poucos alunos do ensino secundário optaram pelo emprego com abandono dos estudos, o que totalizou 287 (ou 6,2% do total) finalistas do ensino secundário complementar que optaram pelo emprego ou por aguardar emprego;⁴⁴ 3.º O número de finalistas do ensino secundário está num ciclo de diminuição – deduzindo, a partir dos dados estatísticos referentes aos alunos dos ensinos secundário, primário e infantil no ano lectivo de 2019/2020 e referentes à conclusão dos cursos e à transição e retenção de ano, os finalistas do ensino secundário complementar nos próximos 10 anos variarão entre 3.900 e 5.000, mantendo-se a tendência de diminuição nos próximos anos até a 2024,

⁴³ Pang Chuan, Ma Zaoming e Lin Guangzhi, *Estudos sobre o ensino superior de Macau (1999 a 2009)*, Macau, Clube Cultural, 2019, pp. 363-375.

⁴⁴ *Relatório sumário sobre a investigação do prosseguimento dos estudos dos finalistas do ensino secundário complementar de Macau, 2018/2019*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 2019, p. 1.

altura em que o número de estudantes voltará a subir a um ritmo lento; 4.º Prosseguimento dos estudos no exterior dos finalistas do ensino secundário – no ano lectivo de 2018/2019, de um total de 4.090 finalistas, apenas 1.965 prosseguem os seus estudos em Macau, enquanto 2.125 os prosseguem no exterior (representando mais de metade ou 52% do total dos finalistas⁴⁵). Podemos verificar que a descida da taxa de natalidade, a opção pelo emprego com abandono de estudos, o ciclo de diminuição de finalistas do ensino secundário e a opção pelo prosseguimento de estudos no exterior são as principais causas da crise da fonte de estudantes locais.

Com a perda significativa de estudantes locais, o alargamento da admissão de estudantes do exterior é sem dúvida uma estratégia viável para o desenvolvimento sustentável e para assegurar os benefícios de escala. Embora algumas instituições do ensino superior tenham admitido estudantes do Interior da China a partir de 2001 e não obstante o aumento do número de estudantes do exterior, estão ainda postas em prática medidas que restringem a proporção dos estudantes do exterior, sendo impostos requisitos de admissão mais exigentes para controlar, de modo rígido, o número de estudantes do Interior da China a admitir; a par disso, o número total de estudantes das quatro instituições de ensino superior sem autorização para admitir estudantes do Interior da China (a saber: Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, Instituto de Gestão de Macau, Instituto Milénio de Macau e Universidade de São José) no ano lectivo de 2016/2017 foi apenas 1.500; em acompanhamento do fenómeno preocupante da taxa de fertilidade abaixo do nível de reposição das gerações, a crise da fonte de estudantes nestas escolas será agravada.⁴⁶ É visível que a política de admissão é a causa principal da crise da fonte de estudantes vindos do exterior.

⁴⁵ *Relatório sumário sobre a investigação do prosseguimento dos estudos dos finalistas do ensino secundário complementar de Macau, 2018/2019*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 2019, p. 3.

⁴⁶ Zhang Meng e Fang Xiaotian, “Passos firmes e permanentes: Desenvolvimento do ensino superior em Macau – Retrospectivas e prospectivas”, in *Boletim da Universidade Normal de Hebei* (Edição da ciência educativa), número 3, 2020, p. 12.

VI. Estratégias de desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau

Não será de desmentir que ao longo dos mais de quarenta anos de desenvolvimento, o ensino superior moderno em Macau tem conseguido alguns sucessos e vantagens do sistema, institucionais, posicionais, culturais, de estudos e de investigação. Só que, limitado por factores como a estrutura industrial, a dimensão geográfica e a população, surgem impedimentos, tais como o desenvolvimento desequilibrado, a estrutura curricular homogénea, o modo invertido do desenvolvimento da internacionalização e a crise da fonte de estudantes. De seguida, passamos a apresentar, em conjugação com as realidades, uma série de estratégias viáveis nos aspectos da Administração, da indústria, das universidades e da investigação, no contexto das *Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021 – 2030)*, com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau.

1. Aperfeiçoamento da formação de mecanismos

O aperfeiçoamento da formação de mecanismos é a base para o desenvolvimento do ensino superior de Macau. Embora o ensino superior de Macau disponha da vantagem do sistema, da ausência de um mecanismo aperfeiçoado resultam muitas limitações para o seu desenvolvimento e situações desequilibradas no seu desenvolvimento em muitos aspectos. Assim, torna-se necessário aperfeiçoar a formação de mecanismos para elevar a qualidade geral do ensino superior de Macau, mediante medidas como a revisão e a optimização atempada da legislação do mesmo ensino, a garantia dos investimentos, a prestação de apoio às instituições no aperfeiçoamento da sua governação interna, a elevação do nível profissional dos docentes e investigadores e a devida aplicação do mecanismo de comunicação com as instituições.

Antes do mais, podem aproveitar-se as oportunidades de cooperação regional para alargar o espaço físico para o desenvolvimento, no sentido de resolver o

problema da falta de espaço para o ensino. As *Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau* preveem, até 2035 e na Grande Baía, a formação de algumas instituições de ensino superior de topo a nível mundial, o aparecimento de alguns grupos de cientistas com visão prospectiva, inovadora e internacional e a criação de um conjunto de resultados científicos originais que têm impactos relevantes para o desenvolvimento tecnológico mundial e para o progresso da civilização humana, passando assim a ser um paradigma avançado de desenvolvimento cooperativo do ensino superior e de desenvolvimento inovador a nível mundial. O *14.º Plano Quinquenal para o desenvolvimento do ensino da Província de Guangdong* prevê a formação de uma nova conjuntura de cooperação e abertura do ensino ao exterior e o impulsionamento da cooperação em ensino na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Serão criadas *ex novo* até 2025 de três a cinco instituições de ensino com a cooperação entre os três territórios e estabelecidas *ex novo* de três a cinco instituições de ensino em cooperação e institutos conjuntos de investigação sem personalidade jurídica. No âmbito da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e da Zona de Cooperação entre Shenzhen e Hong Kong da Indústria de Serviços Modernos em Qianhai, será impulsionada na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau a cooperação em matéria de educação, a construção de uma zona paradigmática internacional de educação, de modo a constituir uma nova conjuntura de cooperação e abertura ao exterior do ensino de Guangdong. Estas políticas oferecem, sem dúvida, um apoio firme para a solução do problema do espaço desequilibrado para o ensino. A partir de Março de 2021, houve já novidades sobre a construção de instalações de mais de 5 instituições de ensino superior. Além disso, a Universidade Politécnica de Hong Kong, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau e a Universidade da Cidade de Macau assinaram acordos-quadro ou protocolos de cooperação no ensino com as respectivas cidades de Guangdong. De acordo com estatísticas incompletas, registam-se nos recentes dois anos 20 novas instituições de ensino superior na fase preparatória ou em obras de construção nas 9 cidades do Interior da China da Grande Baía, das quais 8 são resultantes da cooperação com instituições de ensino

superior de Macau e Hong Kong.⁴⁷ No futuro, o Governo da RAEM deve acelerar as acções de coordenação e de planeamento, estimulando e apoiando, em proveito das vantagens institucional e posicional, mais instituições de Macau a instalar estabelecimentos autónomos ou cooperativos nas cidades da Grande Baía.

Em segundo lugar, torna-se necessário: 1.º Apoiar as instituições de ensino superior na elevação dos níveis de ministração e investigação científica, através, por exemplo, da promoção da cooperação e da complementaridade das vantagens de todas as partes, a fim de alcançarem um desenvolvimento divergente;⁴⁸ 2.º Impulsionar as instituições de Macau no sentido de preparar as suas áreas académicas privilegiadas e vantajosas, em especial as de língua portuguesa, de gestão turística, de medicina tradicional chinesa e de microelectrónica e de formar quadros de diferentes níveis literários, para se adequarem às necessidades do País e de Macau; 3.º Impulsionar a cooperação complementar dos cursos de ensino superior do exterior e locais, conjugando as vantagens das áreas das instituições do exterior e locais, com vista a solucionar o problema do desequilíbrio na qualidade e na quantidade de ensino. Além disso, é necessário estimular e apoiar as instituições a fazerem avançar as acções de avaliação, de modo a obterem a credenciação profissional regional e internacional dos cursos a partir da avaliação científica, com vista a promover o reconhecimento das instituições e dos seus cursos.

Relativamente à garantia do investimento de recursos no ensino superior, um académico refere que, quer no mecanismo de dotação do Reino Unido, Hong Kong - China “que se foca nas instituições”, quer no dos EUA que salienta a competitividade, quer no do Interior da China e da região de Taiwan - China que

⁴⁷ “Esforça-se para construir um padrão educativo na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, in *Diário do Povo* (edição ultramarina), de 20 de Agosto de 2021.

⁴⁸ Por hipótese, a Universidade de Macau passa a ser uma universidade excelente internacionalmente reconhecida; a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau torna-se uma universidade famosa asiática e privilegiada em engenharia; a Universidade Politécnica de Macau transforma-se numa universidade avançada de aplicação da região Ásia-Pacífico; a Universidade da Cidade de Macau especializa-se em ciências humanas e sociais, passando a ser numa universidade metropolitana internacionalmente competitiva.

é conduzido pelo Governo, são indispensáveis “uma estimativa científica da dotação e inserção de elementos de desempenho”, e que “a dotação para o ensino superior por parte do Governo não pode ser um simples abastecimento de verbas de que as instituições do ensino superior necessitam; a dotação tem que ser estratégica e benéfica para a elevação da qualidade do ensino superior do país/território; a dotação está sujeita a uma estimativa objectiva e científica no sentido de defender os interesses públicos.”⁴⁹ Neste sentido, o Governo da RAEM tem que criar, com maior brevidade possível, um regime financeiro para o ensino superior que regule, por exemplo, as “dotações regulares + as dotações para os projectos competitivos” e os “subsídios de propinas para os estudantes locais + as dotações para os projectos competitivos”.⁵⁰ Este mecanismo misto de dotação pode garantir o funcionamento essencial das instituições, por um lado, podendo também dinamizar as actividades das mesmas à custa das dotações para projectos competitivos, por outro. Além disso, é necessário explorar meios diversificados para o financiamento das instituições de ensino superior de Macau, elevar a capacidade de transformação dos trabalhos de investigação científica, em especial daqueles que estão em conformidade com o rumo industrial de Macau, de modo a alargar os meios de rendimento das instituições, elevar a eficácia da sua industrialização, bem como promover a longo prazo a articulação orgânica dos sistemas das políticas, da indústria, do ensino e da investigação científica, de modo a produzir um efeito de escala e a concretizar os benefícios sociais e económicos.

2. Promoção do desenvolvimento diversificado da estrutura curricular

A estrutura económica excessivamente homogénea e duradoura de Macau constitui o impedimento principal para o desenvolvimento sustentável e para o

⁴⁹ Xie An Bang e Cheong Weng Lam, “Breve análise sobre o mecanismo de dotação pública no ensino Superior”, in *Revista do Ensino Superior de Macau*, número 2, Macau, Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, 2013, pp. 6-11.

⁵⁰ Chan Chi Fong, “Breves notas sobre a reforma do regime financeiro do ensino superior em Macau”, in *Boletim do Instituto Politécnico de Macau*, número 55, 2014, p. 159.

desenvolvimento diversificado da estrutura curricular do ensino superior de Macau. Assim, a diversificação da estrutura económica de Macau passa a ser uma tarefa principal actual para o desenvolvimento de Macau. Em Setembro de 2021, foi publicado pelo Comité Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado o *Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin* e em Dezembro de 2021, foi publicado pelo Governo da RAEM o *Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau*. Ambos os documentos afirmam que “Macau empenhar-se-á de modo dinâmico no desenvolvimento da construção de alta qualidade da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau; a par da consolidação e do fomento das indústrias tradicionais, Macau irá empenhar-se em desenvolver as indústrias-chave em conformidade com a realidade social, incluindo a indústria *big health* que tem como ponto de partida a investigação científica e o fabrico dos produtos de medicina tradicional chinesa, a indústria das finanças modernas, a indústria das tecnologias novas e avançadas, a indústria das convenções, exposições e comércio, assim como as indústrias da cultura e do desporto; irá impulsionar igualmente a valorização e a reconversão industrial, estimular a vitalidade do desenvolvimento económico de Macau e reforçar a capacidade geral, consolidar e aumentar a competitividade da RAEM, a fim de concretizar a diversificação adequada da economia e o desenvolvimento sustentável.” Isto pode servir de base para a promoção da diversificação da estrutura curricular. Para o efeito, podem tomar-se as seguintes medidas: 1.^a Desenvolver vigorosamente os cursos profissionais relacionados com as indústrias de medicina tradicional chinesa, com a cultura, o turismo, convenções e exposições, o comércio, as finanças modernas, bem como com a investigação científica e a indústria transformadora de alto nível, no sentido de adequar-se às necessidades para o desenvolvimento social; 2.^a Fomentar o desenvolvimento sinérgico e coordenado dos ensinos superior, básico e técnico-profissional, motivando a cooperação entre as instituições e os diferentes sectores económicos para organizar cursos orientados para o emprego com o objectivo de dar respostas às necessidades reais da sociedade de Macau, de modo a apoiar o desenvolvimento na direcção da diversificação do ensino superior de

Macau e a formar de mãos dadas um sistema de preparação de quadros; 3.^a Criar de modo dinâmico diversos cursos internacionais e cursos de conhecimentos gerais para promover o desenvolvimento equilibrado das ciências formais, das ciências naturais, das ciências sociais, das humanidades e das ciências aplicadas, de modo a promover o desenvolvimento diversificado da estrutura curricular.

3. Elevação da qualidade do desenvolvimento da internacionalização do ensino superior

Os dados demonstram que a internacionalização do ensino superior de Macau tem-se desenvolvido segundo o modo invertido. No futuro, é necessário promover a qualidade da internacionalização, de modo a fazer avançar a “introdução” e a “exportação” em paralelo, com vista a concretizar as metas finais da internacionalização de modo compreensivo.

Em proveito da vantagem dos estudos e da investigação e através do desenvolvimento divergente e no uso das vantagens comparativas,⁵¹ podem promover-se o intercâmbio e a cooperação com o exterior no campo do ensino superior, reforçando as influências das áreas académicas privilegiadas do ensino de Macau, com vista a articulá-las com o posicionamento de desenvolver “um centro, uma plataforma, uma base”, salientando as missões múltiplas do ensino superior de Macau de “desenvolver as suas vantagens, aperfeiçoar-se a si própria, sedear-se na sua região e fazer face ao mundo” e dando contribuições para Macau, para a Grande Baía, para o País e para os demais territórios. Por um lado, a investigação em medicina tradicional chinesa, os quatro laboratórios de referência do Estado e o Centro de Investigação de Engenharia do Ministério da Educação

⁵¹ A vantagem comparativa refere-se ao fenómeno de que o custo de oportunidade de produção de um certo bem é inferior a outros países. Esta teoria tem por origem a teoria de vantagem absoluta de Adam Smith e foi formulada por David Ricardo que a desenvolveu. Na obra intitulada *Princípios de Economia Política e de Tributação*, David Ricardo apresentou a sua teoria famosa das vantagens comparativas, no sentido de que cada país beneficia-se com a especialização em fabrico de bens cuja produção é relativamente mais vantajosa para si, em troca de bens cuja produção é relativamente menos vantajosa por meio de comércio internacional.

em Macau, que são inexistentes no ensino superior noutros territórios, constituem particularidades do ensino superior de Macau, pelo que será de reforçar as capacidades de investigação científica e o ensino desta área, impulsionando o desenvolvimento divergente na mesma área, de modo a intensificar as influências da área académica privilegiada do ensino superior de Macau. Por outro, face à concessão da credenciação “TedQual” da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas para vários cursos da área do turismo ministrados em algumas instituições, facto que reflecte as vantagens dos respectivos cursos de gestão em turismo das instituições de ensino superior de Macau, pode consolidar-se e reforçar-se o sistema de ensino de Macau nas áreas das línguas portuguesa e chinesa e do turismo, tornando Macau numa base de formação de quadros bilingues de português e chinês e de ensino de turismo, preparando os respectivos quadros profissionais e disponibilizando formação para indivíduos de outros territórios, de modo a reforçar as suas influências a nível internacional.

Além disso, é necessário elevar o nível da internacionalização dos docentes:

- 1.º Organizando cursos de estudos para o pessoal do ensino superior em cooperação com as instituições de ensino superior internacionalmente famosas ou financiando o pessoal docente e de investigação para exercer nas instituições superiores do exterior actividades de ensino ou investigação científica de curta duração;
- 2.º Organizando acções de formação e investigação no exterior para o pessoal responsável pela gestão ou pelos assuntos administrativos e para o pessoal jovem de docência e de investigação, de modo a aprofundar o seu entendimento relativo à evolução internacional e a fomentar o desenvolvimento das suas capacidades de gestão e de inovação;
- 3.º Tomando medidas tendentes a otimizar as condições de trabalho e de vida em Macau do pessoal de docência e de investigação vindo do exterior, incluindo a harmonização e o aperfeiçoamento da legislação relativa às matérias em causa por parte dos respectivos serviços públicos, bem como fazer estudos sobre a construção de residências para académicos ou sobre a concessão do subsídio de renda. Tudo isto tem por finalidade o impulsionamento do intercâmbio e a mobilidade dos quadros entre as instituições de Macau, do Interior da China e dos diferentes países ou territórios.

4. Dilatação da fonte de estudantes e otimização da sua estrutura

Actualmente, para fazer face à crise da fonte de estudantes, quer os países euro-americanos que tradicionalmente exportam ensino superior, quer os países emergentes asiáticos que exportam ensino superior como Japão, Coreia do Sul, Singapura e Interior da China, dilatam de modo dinâmico a fonte de estudantes e a sua estrutura. Com o desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau durante mais de quarenta anos, apesar de ter sido dado um grande salto em termos da sua expansão, é ainda necessário dilatar a fonte de estudantes e melhorar a sua estrutura a fim de tornar efectiva a sustentabilidade do ensino superior, uma vez que Macau é uma mini-sociedade.

Relativamente à dilatação da fonte de estudantes e ao aperfeiçoamento da sua estrutura, apresentamos as seguintes sugestões: 1.^a Aperfeiçoar as medidas de bem-estar social e amigáveis, tais como as relacionadas com a vida da população e da sociedade - habitação, educação, saúde e segurança social - de modo a aliviar o *stress* sobre reprodução dos residentes e a fazer elevar a taxa de natalidade de Macau; 2.^a Organizar cursos ou seminários sobre o desenvolvimento das carreiras profissionais das diferentes fases, de modo a permitir uma planificação prudente da carreira por parte dos jovens, elevando assim a taxa de prosseguimento nos estudos; 3.^a Encorajar e apoiar as instituições de ensino superior a dinamizarem as suas características e vantagens. Adequar a criação de novos cursos nas áreas das tecnologias científica e informática às necessidades do desenvolvimento social e depois definir as respectivas medidas de incentivos para aperfeiçoar o sistema de financiamento e de assistência social para os estudantes do ensino superior, apoiando-os no prosseguimento dos seus estudos e no aperfeiçoamento mediante medidas de apoio como a atribuição de subsídios e bolsas de mérito e bolsas-empréstimo, ajustando atempadamente as preferências de financiamento, com vista a atrair a frequência de cursos recém-criados e a motivar os residentes de Macau para prosseguirem os seus estudos em Macau; 4.^a Promover uma sociedade dedicada à aprendizagem de modo a aumentar sucessivamente a taxa de residentes locais com habilitações académicas superiores, criando condições para os

residentes licenciados terem oportunidades de aprendizagem, reforçando gradualmente a formação a nível de pós-graduação, no intuito de reforçar os quadros com habilitações académicas avançadas e na área de investigação e de promover a ascensão profissional dos residentes de vários níveis, elevando, em consequência, a competitividade geral da RAEM; 5.^a Optimizar a estrutura da fonte dos estudantes do ensino superior, aproveitando as vantagens culturais, definindo um planeamento razoável relativo à proporção entre estudantes locais e do exterior das instituições e atraindo mais estudantes de qualidade, provenientes do exterior, para frequentarem cursos na RAEM, no pressuposto de não ser posto em causa o acesso ao ensino superior dos residentes da RAEM e no aproveitamento das vantagens decorrentes da língua portuguesa em especial para recrutar mais estudantes dos países de língua portuguesa e da ASEAN, bem como de países ou territórios situados ao longo do percurso “Uma Faixa, Uma Rota”, para alargar a dimensão dos estudantes do exterior e promover o desenvolvimento sustentável do ensino superior moderno.

VII. Nota Conclusiva

As Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021 – 2030), enquanto enquadramento para o seu desenvolvimento, delineiam o plano do futuro desenvolvimento do ensino superior de Macau e asseguram o seu desenvolvimento a passos firmes no longo prazo. Assim, mediante uma retrospectiva da história do ensino superior moderno de Macau e um resumo das realidades do mesmo, o presente artigo procedeu à análise das suas vantagens e impedimentos ao seu desenvolvimento em vários aspectos, apresentando, em conjugação com as realidades, estratégias para aperfeiçoar a formulação de mecanismos, para promover o desenvolvimento diversificado da estrutura curricular, para elevar a qualidade do desenvolvimento da internacionalização do ensino superior e para dilatar a fonte de estudantes e aperfeiçoar a sua estrutura, com vista a dar passos para impulsionar o desenvolvimento do ensino superior moderno de Macau.